

Sete ricos definem ajuda aos

17 JUL 1989

JORNAL DA TARDE

Dívida Externa

endividados



Thatcher: intervalo no Louvre.

Ajuda aos países mais pobres, luta contra a inflação e defesa do meio ambiente foram os pontos principais da declaração final da reunião dos sete países industrializados encerrada ontem (segundo informa de Paris o correspondente **Reali Jr.**). O encontro colocou Brasil e Argentina de quarentena na utilização dos recursos do Plano Brady, por se encontrarem em "excrável" situação econômica.

Mas o plano norte-americano de redução da dívida poderá beneficiar de imediato o México — que está prestes a assinar um acordo com os credores —, as Filipinas, Marrocos, Costa do Marfim e Venezuela. As decisões do Grupo dos 7 criam recursos suplementares para a redução de US\$ 24 bilhões em três anos, permitindo ao Fundo Monetário Internacional o pagamento dos juros. O FMI e o Banco Mundial vão pôr de lado uma parte importante de dinheiro destinado ao programa de ajustamento econômico, cerca de 25%, contribuindo para a redução da carga da dívida. Os recursos vão ajudar também para a compra de obrigações sem rendimento, o que servirá para a diminuição do principal.

Não houve qualquer decisão mais espetacular na reunião de Paris. Apenas a reafirmação dos meios tradicionais de tratamento da dívida, através dos bancos comerciais, FMI, Clube de Paris. Um apelo solene foi lançado aos bancos privados para que eles participem do esforço para a redução do peso e serviço da dívida, inclusive através de "dinheiro novo". O México é considerado o país-teste, e o acordo que assinar indicará se o apelo foi ou não atendido.

Os países mais pobres vão continuar sendo beneficiados através de projetos de anulação parcial de suas dívidas e de planos de ajuda ao desenvolvimento, enquanto os chamados países intermediários poderão tirar partido

do aumento dos recursos pela ampliação dos mecanismos já existentes, desde que se convençam da necessidade de manter planos de ajustamento econômico. Em outras palavras, maior rigor e austerdade econômica.

Esse foi o recado de alguns dos dirigentes das nações industrializadas, entre eles o presidente francês, François Mitterrand. Em sua declaração, os sete lembram a necessidade de decisões urgentes para equilibrar as relações entre ricos e pobres, mas advertem que nem todos os países endividados são inocentes na situação de seus países.

Na mesma linha manifestou-se a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher. Segundo ela, existem países com excelentes recursos naturais para a agricultura, mas que só têm promovido "uma grande bagunça" nas suas políticas internas. Ela indicou como exemplos alguns países latino-americanos, cujos recursos naturais são muito elevados, mas o nível de vida da população muito baixo. Tudo isso em razão dos problemas criados por sua classe dirigente, que impedem a população de tirar proveito dos recursos disponíveis.

Os sete constatam que a fuga de capitais é uma dificuldade essencial nos países endividados, e que o serviço da dívida em relação às exportações continua muito

elevado, sem que existam meios suficientes para os investimentos necessários ao crescimento. Eles recomendam a esses países políticas econômicas equilibradas com a ajuda do FMI, Banco Mundial, concebidas para mobilizar a poupança e estimular o investimento. Em complemento de novos créditos, os bancos deveriam dar mais importância às operações de redução do peso e do serviço da dívida, através de negociações baseadas em técnicas do mercado.

O Banco Mundial e o FMI contribuirão para uma redução substancial da dívida colocando à disposição dos endividados uma parte importante dos recursos dos planos de ajustamento. Para as transações implicando uma diminuição expressiva da dívida e do seu serviço. O FMI e o Banco Mundial se opõem a financiamento complementar que constituirá um apoio ao pagamento dos juros, através da utilização de contas bloqueadas. A capacidade das instituições financeiras internacionais para apoiar os programas de ajustamento macroeconômico estrutural, a médio prazo, será também reforçada.

Quanto aos bancos comerciais, os sete resolveram incentivar os a adotar uma postura mais realista e construtiva nas suas negociações com os devedores e a concluir rapidamente acordos financeiros para a redução do peso e serviço da dívida dos países intermediários, aumentando também os recursos em dinheiro novo, mas salientaram que "os credores públicos não devem se substituir aos credores privados".

A lista dos primeiros beneficiários do Plano Brady foi revelada pelo ministro da Economia da França, Pierre Beregovoy, mas ele não explicou por que o Brasil, a maior dívida do mundo, não a integrava, e nem a Argentina. A explicação só foi dada depois, em off, por um funcionário do Tesouro francês. Isso se deve a "excrável" situação desses dois países,

que devem efetuar, antes de mais nada, importantes esforços de ajustamento econômico. Só depois é que se poderá reintegrá-los nessa relação prioritária. A isso, segundo a mesma fonte, soma-se o problema político brasileiro provocado pelas incertezas de uma campanha presidencial.

Uma parte dos recursos concedidos ontem ao plano de redução da dívida — US\$ 6 bilhões na área do Banco Mundial e outros US\$ 6 bilhões do FMI — será utilizada para a compra de créditos no mercado secundário. Aparentemente essa quantia não chega a ser significativa, mas o diretor do Tesouro francês, Jean-Claude Trichet, lembrou que ela representa, na realidade, cerca de US\$ 40 bilhões, pois esses créditos serão adquiridos no mercado secundário, isto é, muito abaixo do valor real. A adoção dessas medidas confirma ser intenção dos países industrializados insistir na aplicação do Plano Brady como melhor solução para o problema da dívida dos países intermediários. Mas para isso, os países endividados devem continuar seu esforço de ajustamento econômico interno, como no passado. Os que não estiverem enquadrados, poderão ser prejudicados, casos do Brasil e da Argentina, cujas taxas de inflação e outros dados econômicos são considerados, atualmente, fora de controle.

Propostas relativas ao meio ambiente: o Banco Mundial deve levar em conta fatores ambientais ao considerar pedidos de empréstimos; são necessários esforços comuns para limitar as emissões de anidrido carbônico e outros gases que contribuem ao denominado "efeito estufa"; deve-se reverter a tendência ao desflorestamento; há que preservar as selvas tropicais e os bosques de climas temperados contra os anidridos sulfurosos e os óxidos de nitrogênio; condene-se o uso indiscriminado dos oceanos como local de despejo de resíduos ambientais.